



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Serviços de Compras e Licitação

LICITAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE – TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2.019.

Requisitante:- Secretaria Municipal de Planejamento

TIPO DE LICITAÇÃO: **Menor Preço.**

REGÊNCIA: **Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei Complementar nº. 123/06 e 147/14.**

Regime de Execução:- EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de **obra de infraestrutura urbana: Contrato de Repasse nº 867438/2018/MCidades/Caixa - Operação nº 1053944-19/2018 – Pavimentação de 6.750 m2 de diversas ruas de Chavantes, Estado de São Paulo**, no **regime de empreitada global**, incluindo, o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços, perfazendo o valor total de R\$ 480.071,19 (quatrocentos e oitenta mil e setenta e um reais e dezenove centavos), conforme as especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo, Projeto de Localização (planta de Corte e Localização), Planilha (*Orçamentária*) Quantitativa de Custo e Cronograma Físico-Financeiro, que integram os ANEXOS I, II, III e IV do Edital.

2. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

O envelope nº 1 – **HABILITAÇÃO**, deverá conter, o **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**, emitido pela **Prefeitura Municipal de Chavantes - SP** e os demais documentos relacionados no item 3.2 da cláusula 3.0 deste instrumento, os quais, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da licitadora, exceto o(s) documento(s) cuja aceitação esta condicionada a verificação de sua validade na **Internet**, e que possam ser verificados no ato da sessão.

3. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

Dia 25 de 01 de 2.019, às 09:30 horas.

4. DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES:

Dia 25 de 01 de 2.019, às 09:30 horas.

5. LOCAL DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Sede da Prefeitura Municipal de Chavantes, Balcão de Atendimento ao Público, sito à rua Dr. Altino Arantes, nº 464 – Centro, na cidade de Chavantes, Estado de São Paulo.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:

05 (cinco) meses.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade de **TOMADA DE PREÇO**, pelo que dispõem no presente Edital as condições de sua realização;

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
(disponibilizados para download no site oficial do município – www.chavantes.sp.gov.br)

- *Memorial Descritivo* – **Anexo I**;
- *Memória de cálculo* – **Anexo II**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro – Anexo III

- Projeto Completo – **Anexo IV**
- Modelo de Declaração de enquadramento de Microempresa ou Empr.de Pequeno Porte – **Anexo V**;
- Modelo de Declaração que não emprega menor – **Anexo VI**;
- Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo – **Anexo VII**;
- Modelo de declaração para informação do e-mail para envio dos resultados – **ANEXO VIII**;
- Modelo de declaração de inexistência de servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista no quadro societário da empresa – **ANEXO IX**;
- Minuta de Contrato Administrativo – **Anexo X**;

1.0 – DO OBJETO

1.1 – A presente licitação, sob a modalidade de Tomada de Preço, tem por objetivo a contratação de empresa para execução do discriminado no **Campo 1**, sob o regime de empreitada descrito preâmbulo deste instrumento.

2.0 – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

2.1 – Poderão participar da licitação empresas inscritas na seção de cadastro de fornecedores da licitadora, cujo Certificado de Registro Cadastral esteja em vigor ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, ou seja, até o dia 22/01/2019 e que satisfaçam as demais exigências contidas no item 4.2 da cláusula 4.0 do presente Edital.

2.2 – Para os fins do disposto no item 2.1, os interessados deverão dirigir-se ao Setor de Licitação, situado na sede da mesma, no horário de 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira, onde poderão obter as normas para cadastramento e assim se cientificarem das condições exigidas para tal.

2.3 – Somente poderão participar desta Licitação, na qualidade de licitantes, empresas que não incorram nos impedimentos previstos no art. 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 e ainda que:

a) Estejam legalmente constituídas e tenham em seu objeto social atividade compatível com o objeto da presente licitação, bem como satisfaçam as exigências deste edital;

b) Não sejam integrados por empregados, diretores, secretários e agentes políticos da Prefeitura Municipal de Chavantes;

2.4 – Será vedada a participação de pessoa impedida por força de lei.

2.5 – Não será admitida a participação de empresa em regime de consórcio.

3.0 – DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

3.1 – **Para obter os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06 e 147/14**, na condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), o proponente deverá apresentar no **ATO DO CRENDENCIAMENTO**: a declaração de enquadramento no regime de Microempresa (ME) ou de empresa de Pequeno Porte (EPP), expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da empresa licitante, nos termos do Artigo 8º da Instrução Normativa nº. 103 de 30.04.2007, do Departamento Nacional de Registro e Comércio – DNRC; ou apresentar declaração de enquadramento no regime de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), expedida pelo próprio licitante. A declaração de enquadramento para obtenção do benefício da Lei 123/06 e 147/14, quando expedida pelo próprio licitante, somente será válida se fizer constar a assinatura do representante legal da empresa e do contador responsável, sendo esse último, devidamente identificado com o número do registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

3.2 – Perderá o direito ao benefício concedido pela Lei Complementar nº. 123/06 e 147/14, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que:

a) *não apresentar o documento estabelecido no item "3.1" da cláusula 3.0 deste instrumento, os documentos exigidos para fins de obtenção dos benefícios da lei complementar 123/06 e 147/14;*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

3.3 – Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial seja empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não enquadrar nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

3.4 – O documento acima mencionado poderá ser apresentado em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da licitadora, exceto o(s) documento(s) cuja aceitação esta condicionada a sua verificação na Internet, e que possam ser verificados no ato da sessão.

3.4.1 – No caso da opção pela autenticação por servidor da licitadora, a empresa interessada deverá fazê-lo até da data prevista para a abertura do envelope "Habilitação".

4.0 – DA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 – Os Envelopes contendo os documentos de Habilitação e as Propostas de Preços, deverão ser entregues na data e horário mencionado no **Campo 3** e no local indicado no **Campo 5**, deste instrumento, separadamente, tendo o primeiro envelope o subtítulo **HABILITAÇÃO** e o segundo o subtítulo **PROPOSTA DE PREÇO**, os quais deverão ser fechados e conter, ainda, em sua parte externa e frontal, além da razão social da empresa, os seguintes dizeres:

PROCESSO LICITATORIO - TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2.019;
ENVELOPE Nº. 1 – HABILITAÇÃO
ENVELOPE Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

4.2 – O ENVELOPE Nº. 1 – **HABILITAÇÃO** DEVERÁ CONTER, OBRIGATORIAMENTE, OS DOCUMENTOS **ABAIXO INDICADOS**:

4.2.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Prefeitura Municipal de Chavantes - SP, em plena validade, observada a necessária qualificação.

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

e) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

4.2.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de regularidade, para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive Previdência Social, expedida pela Secretaria da Receita Federal, modelo que já contemple também a regularidade das contribuições sociais- Modelo expedido com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014;

c) Prova de regularidade, para com a Fazenda Estadual, por meio de certidão de regularidade de ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Tributários, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei.

d) Prova de regularidade, em plena validade, para com a Fazenda Municipal (Tributos Mobiliários), do domicílio ou sede do licitante.



f) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS**.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.

4.2.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) **Certidão de Registro da Pessoa Jurídica**, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou CAU, da empresa licitante, em plena validade.

b) **Certidão de Registro da Pessoa Física**, (**exigido somente do licitante vencedor, quando da assinatura do contrato administrativo**), junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou CAU, do responsável técnico pela direção e execução dos serviços, com nível técnico pertinente e compatível com o objeto licitado, em plena validade, e, **mediante comprovação de que o profissional pertence ao quadro de funcionários ou de prestador de serviços da empresa licitante na data prevista para a entrega da proposta**.

b.1) considera-se responsável técnico com nível pertinente e compatível com o objeto deste certame, a qualificação do profissional habilitado como **“ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO”**.

b.2) *o vínculo permanente do profissional detentor do CREA ou CAU, deverá ser comprovado através de Ficha de Registro de Empregados autenticada junto ao DRT (Delegacia Regional do Trabalho) ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou ainda, Contrato de Prestação de Serviços com firma reconhecida por Cartório Competente pelo Contratante e pelo Contratado.*

b.3) *Caso o responsável técnico seja um sócio ou diretor, a comprovação do vínculo deverá ser feita através de contrato social em vigor ou última ata de eleição da diretoria, devidamente registrada no órgão competente, ou ainda, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado da Licitante, desde que conste na Certidão o nome do responsável técnico figurando como sócio ou diretor.*

c) Comprovação de aptidão (**atestado de capacidade técnica**) para desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, fornecida por pessoa de direito público ou privado, **devidamente registrado na entidade profissional competente, acompanhada da Certidão de Acervo Técnico expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou CAU**. Essa comprovação, conforme preceitua o inciso I do § 1º do Artigo 30 da Lei nº. 8.666/93 poderá ser apresentada em nome da empresa proponente ou do responsável técnico pela obra **mediante comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa licitante na data prevista para entrega da proposta**.

c.1) *o vínculo permanente do profissional detentor da CAT (Certidão de Acervo técnico), deverá ser comprovado através de Ficha de Registro de Empregados autenticada junto ao DRT (Delegacia Regional do Trabalho) ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou ainda, Contrato de Prestação de Serviços com firma reconhecida por Cartório Competente pelo Contratante e pelo Contratado.*

c.2) *Caso o responsável técnico seja um sócio ou diretor, a comprovação do vínculo deverá ser feita através de contrato social em vigor ou última ata de eleição da diretoria, devidamente registrada no órgão competente, ou ainda, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado da Licitante, desde que conste na Certidão o nome do responsável técnico figurando como sócio ou diretor.*

Nota:- Os documentos relacionados no subitem “b.3” e/ou “c.2” das alíneas “b” e “c” não precisarão constar para efeito de comprovação de Qualificação Técnica “subitem 4.2.3”, se tiverem sido apresentados para comprovação de Habilitação Jurídica – Subitem “4.2.1”.

d) A vistoria técnica será realizada por intermédio do responsável da licitante. A vistoria técnica monitorada/acompanhada será agendada com Sr. Daniel Andrino, Assessor de Serviços de Obras e Engenharias da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Chavantes, pelo telefone (14) 3342.9202, no horário normal de expediente, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:00 horas, 13:00 às 16 horas, com no mínimo 01 (um) dia de antecedência.

4.2.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

a.1) Será aceita a participação de empresas em recuperação judicial que já estiverem com o plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital. (Conforme Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

b) Prova de ter capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 48.007,11 (quarenta e oito mil e sete reais e onze centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor global estimado para a presente licitação, admitida a atualização até a data designada para abertura das propostas através de índices oficiais, podendo ser comprovado sob a forma de qualquer das modalidades, a saber:

b.1 – Certidão de Breve Relato expedida pela Junta Comercial;

b.2 – Último instrumento de Alteração Contratual, devidamente registrado;

b.3 – Balanço apresentado na forma da lei.

c) Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação do proposta, aceitando-se a apresentação de Balanço de Abertura para as licitantes com menos de 01 (um) ano de existência;

d) Comprovação da boa situação financeira da licitante através de Índices de Liquidez Geral (LG), Índice de Liquidez Corrente (LC) e Índice de Endividamento (EM), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

d.1 – Índice de Liquidez Geral (LG), igual ou maior do que 1,00 (um), obtido através da seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

d.2 – Índice de Liquidez Corrente (LC), igual ou maior que 1,00 (um), obtido através da seguinte fórmula:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d.3 – Índice de Endividamento (EM), não superior a 0,50 (cinquenta centésimo), obtido através da seguinte fórmula:

$$EM = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

d.4 – A comprovação do subitem anterior deverá se dar através de declaração devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa e pelo Contador responsável, devidamente identificado, onde deverá constar as fórmulas já citadas com os respectivos valores, sendo que estes deverão ser baseados no Balanço Patrimonial do último exercício social, conforme apresentado no subitem anterior (subitem “c”). **Será *inabilitada* a licitante que apresentar resultado incompatível em qualquer um dos índices supracitados.**

d.5 – A falta de apresentação da declaração supracitada (subitem b.4) implica na **“inabilitação do licitante”**; entretanto, é lícito a habilitação e conseqüentemente a permanência do licitante no certame, independentemente, da apresentação da declaração supracitada, caso seja possível verificar e comprovar a boa situação financeira do licitante, mediante análise dos documentos apresentados em cumprimento a exigência estabelecida no subitem precedente (subitem 4.2.4 letra “c”), pelos membros da Comissão.

4.2.5 – OUTRAS COMPROVAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

a) Documento declarando que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854/1999, podendo ser utilizado o modelo geral do Anexo VI;

b) Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII;

4.3 – Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da licitadora, exceto o(s) documento(s) cuja aceitação esta condicionada a sua verificação na Internet, e que possam ser verificados no ato da sessão.

4.3.1 - *No caso da opção pela autenticação por servidor da licitadora, a empresa interessada deverá fazê-lo até um dia útil antes da data prevista para a abertura do envelope "Habilitação".*

4.4 – As **microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, **deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição**; (LC nº. 123/06, art. 43, caput).

4.4.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que o proponente for declarado o vencedor do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a **regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa**; (LC nº. 123, art. 43, § 1º, alterado pela LC n.º 147/14).

4.4.2 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 4.4.1, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração **convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato ou documento equivalente, ou revogar a licitação**;

4.5 – Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.6 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e preferencialmente, com o endereço respectivo. Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.7 – A PROPOSTA CONTIDA NO ENVELOPE Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ ATENDER AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

a) ser emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as suas folhas;

b) fazer menção ao número deste processo (Tomada de Preço);

c) conter a razão social da licitante, com o número do CNPJ e o respectivo endereço;

d) conter a decomposição do valor ofertado, em planilha de quantitativos e custos unitários e totais que resultaram em sua formação (orçamento), contendo no mínimo os itens discriminados no **ANEXO III deste instrumento**;

e) indicar o **valor global da proposta sem o BDI e o valor global da proposta com BDI**, obrigatoriamente, em moeda nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos;

f) indicar o **prazo de execução do objeto**, em conformidade com prazo estabelecido **no Campo 6 do preâmbulo deste instrumento**, ou seja, **02 (dois) meses, detalhado em "Cronograma Físico e financeiro"**;

g) indicar o **prazo de validade da proposta** que será, no mínimo, de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do envelope "Proposta de Preços", e;

h) quaisquer outras informações que a licitante julgar necessário oferecer.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

4.8 – Se a proposta for omissa ou contraria em relação ao prazo de que trata a alínea “g”, presumir-se-á aceito o indicado neste Edital.

4.9 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidos automaticamente pelos Membros da Comissão quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.

4.10 – A falta de data, assinatura ou rubrica na proposta poderá ser suprida pelo representante legal da licitante, presente à Sessão com poderes para esse fim.

4.11 – A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser suprida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope “Documentação”.

4.12 – A apresentação da Proposta será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração de Proposta voltada à execução do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.

4.13 – Os materiais a serem empregados na execução dos serviços, serão fornecidos pela empresa contratada e todos os custos de aquisição, transporte, armazenamento e utilização, deverão estar inclusos nos preços unitários propostos para os diferentes serviços. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às normas e especificações técnicas apresentadas, e serem aprovados pela fiscalização da licitadora.

4.14 – No preço proposto considerar-se-ão inclusos todos os custos com salários, encargos trabalhistas, sociais, fiscais e previdenciários, seguro, equipamentos, materiais, despesas de administração, inclusive lucros e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias à perfeita execução do objeto licitado.

5.0 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 – A competente classificação das Propostas de Preços será determinada através do critério de **MENOR PREÇO GLOBAL** oferecido, á vista de que esta licitação é do tipo **MENOR PREÇO**.

5.2 – Nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e 147/14, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.3 – Na hipótese de ser verificada absoluta igualdade entre as propostas de menor valor, o desempate será decidido por sorteio, após convocação dos participantes.

5.4 – Será julgada desclassificada a Proposta da Licitante que:

a) Não atender integralmente às exigências contidas neste Edital, principalmente aquelas descritas no **item 4.7 do clausula 4.0 deste instrumento**.

b) Apresentar valor global superior **a R\$ 480.071,19 (quatrocentos e oitenta mil e setenta e um reais e dezenove centavos)**.

c) Apresentar BDI com valor superior a 22,04% (vinte e dois vírgula quatro por cento) do valor ofertado na proposta comercial.

5.5. As propostas serão inicialmente ordenadas em ordem crescente do valor global proposto, ou seja, será provisoriamente classificada em primeiro lugar a proposta com menor preço global e assim sucessivamente.

5.6. Com base nessa ordem, será verificada a ocorrência da situação de empate legal, prevista no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.7. Ocorrendo tal situação, será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos seguintes termos:

a) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

- b) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que será classificada em primeiro lugar.

5.7.1. O prazo para a apresentação de nova proposta será de até dois dias úteis, contados da notificação da licitante, sob pena de decadência do direito de inovar em seu preço.

5.8. Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio em ato público para o qual todas as licitantes classificadas serão convocadas.

6.0- DO PROCEDIMENTO

6.1 - No dia, horário e local indicados nos **Campos 3, 4 e 5**, em sessão pública, a Comissão de Licitação procederá o recebimento dos Envelopes, e em seguida efetuará a abertura do Envelope nº. 1 - HABILITAÇÃO.

6.2 - Nas sessões públicas, a licitante poderá se fazer representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada em instrumento escrito firmado pelo representante legal da mesma, a quem seja conferidos amplos poderes para representá-la em todos os atos e termos do procedimento licitatório.

6.3 - No caso de representação, o procurador ou pessoa credenciada, deverá exibir o instrumento que o habilita a representar à licitante, antes do início dos trabalhos de abertura dos Envelopes.

6.4 - Caso algum proponente não se fizer presente ou não ser representado por preposto legalmente constituído na forma acima, poderá juntar no "Envelope nº. 1" - "**DOCUMENTAÇÃO**" - "**DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE RECURSO**" e ao prazo respectivo, concordando em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Assim a Comissão passará a abertura dos envelopes de proposta dos licitantes habilitados.

6.5 - Não serão aceitas propostas abertas, por e-mail ou fac-símile.

6.6 - Nesta mesma sessão, a critério da Comissão de Licitação, poderão ser analisados os documentos contidos no Envelope nº 1 - HABILITAÇÃO e anunciado o resultado da habilitação ou designado dia e hora certa para divulgação.

6.7 - Uma vez proferido o resultado da Habilitação, e desde que tenha transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão devolvidos os Envelopes PROPOSTA DE PREÇOS, fechados, aos participantes inabilitados, diretamente ou pelo correio.

6.8 - Uma vez providenciada à devolução epigrafada, será procedida à abertura dos Envelopes PROPOSTA DE PREÇOS, dos participantes habilitados, sendo os documentos neles encontrados, verificados e rubricados pelos membros da Comissão e participantes.

6.9 - Das reuniões realizadas para a abertura dos Envelopes, bem como daquelas realizadas em sessões reservadas da Comissão, serão lavradas Atas circunstanciadas, cujas cópias e respectivos resultados serão encaminhados aos licitantes participantes via e-mail, conforme indicação feita na declaração feita de acordo com o modelo constante do **Anexo VIII**.

7.0 - DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO

7.1 - Das decisões proferidas pela Comissão de Licitação, caberão os recursos previstos no art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93 e consolidações posteriores, ao Presidente da CPJL.

7.2 - Os recursos, bem como as respectivas impugnações, deverão ser interpostos por escrito, dirigidos ao Senhor Prefeito Municipal e entregues à Comissão de Licitação, em dias úteis, até às 16:00 horas, na Rua Dr. Altino Arantes, 464, Centro, Chavantes/SP.

7.3 - Os originais dos recursos interpostos via "fac-símile", deverão ser entregues até às 16:00 horas do primeiro dia útil após a data do envio do mesmo, sob pena de não ser conhecido.

7.4 - Uma vez proferido o julgamento pela Comissão e decorrido *in albis* o prazo recursal, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo licitatório será encaminhado ao Prefeito Municipal para a competente deliberação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

7.5 - Homologado o resultado prolatado pela Comissão, a proponente vencedora será convidada, por escrito, dentro do período de validade da Proposta, a comparecer em data, hora e local que forem indicados, para a assinatura do Contrato.

8.0 - DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, a licitante vencedora deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a regularidade fiscal, no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério, desta Municipalidade, sob pena da contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

8.2 - Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, será declarada a inabilitação da referida Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e revogados os atos de homologação e adjudicação anteriores, quando então retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício de preferência na hipótese de haver participação de demais Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo percentual de empate legal estabelecido no § 1º do artigo 44 da Lei Federal nº 123/06.

8.3 - Na hipótese de nenhuma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte atender aos requisitos deste edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.

8.4 - A licitante vencedora será convocada pela municipalidade para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinar o contrato, nos termos da minuta anexa a este edital (Anexo X), devendo apresentar neste ato o comprovante de recolhimento da garantia de execução do contrato.

8.5 - Caso a licitante vencedora, ao ser notificada para assinar o contrato, não o faça no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, ou não solicite, com justificativa aceita pela Municipalidade, dilatação do prazo por igual período, decairá do direito de celebrar o ajuste.

8.6 - A recusa injustificada para a assinatura do contrato também sujeitará a licitante vencedora às penalidades dispostas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.7 - Na hipótese do subitem 8.5, caberá à municipalidade o direito de convocar as demais licitantes classificadas, observada a ordem de classificação, para assinatura do contrato, nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive, quanto ao preço, ou de revogar a licitação de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

8.8 - Constam do Modelo de contrato que compõe o **ANEXO X** as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes, fazendo à mesma parte integrante deste.

8.9 - Até a data de assinatura do Contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documento(s) ou declaração(ões) incorreta(s), bem como aquela cuja situação técnica ou econômica/financeira tenha se alterado após o início de processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

9.0 - DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

9.1 - Após a assinatura do contrato, a contratada será convocada para apresentação da seguinte documentação necessária à emissão da O.S. - Ordem de Serviços:

- a) Cronograma Físico-Financeiro, conforme modelo anexo a este edital, obedecendo ao prazo de execução estabelecido também neste edital, cronograma esse que será objeto da análise desta municipalidade.
 - a.1) Uma vez aprovados pela municipalidade, os cronogramas físico-financeiros passarão a integrar o contrato;
 - b) A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à obra, instalações elétricas e instalações hidráulicas, expedida pelo responsável pela direção técnica e execução dos serviços.
 - c) Comprovação da matrícula da obra no INSS ou a comprovação de sua dispensa nos termos da legislação aplicável.

9.2 - A recusa ou o não comparecimento no prazo assinalado na convocação serão considerados inexecução total do objeto contratual e ensejarão a aplicação das penalidades previstas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

9.3 - Verificada pela municipalidade a regularidade total da documentação, os serviços objetivados serão solicitados à licitante vencedora contratada, mediante a emissão de O.S. (ordem de serviço), que passará a integrar o contrato e nas quais serão definidas as datas de início da execução dos serviços, respeitada a vigência contratual.

9.4 - Após a emissão da O.S. (Ordem de Serviço) para execução, será convocada reunião de início de trabalhos, visando estabelecer os procedimentos e relações entre a contratante e contratada, de forma a garantir a execução da obra de forma planejada, dentro dos padrões de qualidade, prazos e otimização de resultados. Para tanto, será nomeado gestor da obra, que terá poder decisório sobre o planejamento e demais questões que interfiram diretamente na obra, visando o sucesso da obra.

10.0 - DAS PENALIDADES:

10.1 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, bem como das demais sanções cabíveis de acordo com o previsto neste contrato e na legislação de regência, as infrações às disposições contratuais serão punidas, alternativa ou cumulativamente, assegurados o contraditório e a ampla defesa dos interessados, com as seguintes sanções e penalidades, a serem aplicadas de modo proporcional à gravidade da falta que as gerou.

10.1.1 - Pela inexecução do objeto ajustado, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO seguintes sanções:

a) Advertência escrita, a ser aplicada para infrações não graves que, por si só, não ensejam a rescisão do contrato ou sanção mais severa;

b) multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso no início da obra, até o limite de 20 (vinte) dias, sob pena de rescisão contratual;

c) multa de 0,2% (dois décimo por cento) por dia de atraso na execução da obra, calculada sobre o valor dos serviços constantes no cronograma físico-financeiro, referente a cada etapa da obra, até o limite de 30 (trinta) dias, quando ficará configurada a inexecução total ou parcial do ajuste;

d) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, a ser aplicada de modo proporcional à gravidade da falta nas demais hipóteses não previstas nas letras anteriores e que configurem inexecução parcial do ajuste;

e) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, pela inexecução total do ajuste, recolhido no prazo máximo de 30 (quinze) dias, uma vez comunicada oficialmente.

f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos; sem prejuízo das multas previstas, e nas demais cominações legais.

10.2 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei de Licitações e demais normativos aplicáveis, quando a infração contratual apresentar gravidade tal que recomende a medida.

10.3 - Será propiciada defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas neste contrato.

10.4 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a qual a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

10.5 - As partes reconhecem que as multas são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras, sendo que o total da multa não poderá exceder o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do valor contratual.

11.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - A empresa contratada **deverá iniciar os serviços de Pavimentação Asfáltica, conforme dispõe o objeto do presente Edital**, após a assinatura do contrato e da respectiva ordem de início dos serviços, emitida pela Caixa Econômica Federal e Prefeitura de Chavantes, respectivamente, e terá o **prazo de 05 (cinco) meses para concluí-lo**, contados a partir da data da emissão da **ordem de "execução dos serviços"**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

11.2 – A licitadora somente emitirá a Ordem de Execução para início dos serviços após a apresentação dos documentos estabelecidos na cláusula 9.0 deste instrumento e autorização/liberação da unidade concedente do convênio.

11.3 – A licitadora reserva-se no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo à execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados.

11.4 – A licitadora reserva-se, ainda, no direito de recusar todo e qualquer serviço que não atender às especificações, ou que sejam considerados inadequados pela fiscalização.

11.5 – A licitante contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar a licitadora ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando à Municipalidade de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

11.6 – A licitante contratada será responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdência social, seguro de acidentes do trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na Legislação Federal, sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multas por parte desta Municipalidade ou rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis.

11.7 – A empresa contratada, por imperativo de ordem e segurança, obriga-se a prover de sinalização a obra, colocando no local dos trabalhos, a partir do dia em que estes forem iniciados, placas e tapumes, bem como placa indicativa da obra, de acordo com o texto e padrão a ser apresentada a licitadora para prévia aprovação.

11.7.1 – O não atendimento deste item implicará na retenção do pagamento da Fatura/Nota Fiscal, por ocasião da primeira aferição.

11.8 – Aplicam-se a este Edital as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e consolidações posteriores, que regulamenta as licitações promovidas pela Administração Pública.

11.9 – Fica expressamente vedada a subcontratação sem o expresse consentimento da Licitante.

11.10 – O desatendimento a exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

11.11 – Se no dia previsto para a abertura dos envelopes não houver expediente, a Sessão Pública fica automaticamente transferida para o primeiro dia útil que se seguir, obedecendo ao mesmo horário e local.

11.12 – A simples participação é atestada de que a licitante aceita, sem objeções, o presente Edital e do mesmo possui pleno conhecimento.

11.13 – Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na sede da licitadora, no endereço mencionado no Campo 5 deste instrumento, no horário comercial, ou pelos meios de comunicação abaixo especificados, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos Envelopes.

Fone (14) 3342.9200 – Ramal 233.

E-Mail licitação@chavantes.sp.gov.br

P. M. Chavantes (SP), 03 de janeiro de 2.019.

Marcio de Jesus do Rego
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

Anexo I

Memorial Descritivo (Anexo)

Anexo II

Memória de cálculo (Anexo)

Anexo III

Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro (Anexo)

Anexo IV

Projeto Completo (Anexo)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

"DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
A/C - Comissão Municipal de Licitação

Ref.: - TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2.019.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo)....., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Eu, _____ nome completo _____, representante legal da empresa _____ nome da pessoa jurídica _____, interessada em participar do processo licitatório - Tomada de Preço nº. 013/2.018, da Prefeitura do Município de Chavantes, Estado de São Paulo, **declaro**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a _____ nome da pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, é MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e no Decreto nº 54.229/09, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando a empresa apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório supracitado.

_____, ____ de _____ de 2.019.

Representante legal
RG nº _____
(com carimbo da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

"DECLARAÇÃO"

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
A/C - Comissão Municipal de Licitação

Ref.: - TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2.019.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo)....., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se defere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina o presente.

_____, ____ de _____ de 2.019.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº do documento de identidade (RG)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO IMPEDITIVO

"DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
A/C – Comissão Municipal de Licitação

Ref.: - TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2.019.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina o presente.

....., ... de de 2.019.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº do documento de identidade (RG)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA INFORMAÇÃO DO E-MAIL PARA ENVIO DOS RESULTADOS (ATAS E JULGAMENTOS)

"DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
A/C - Comissão Municipal de Licitação

Ref.: - TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2.019.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo)....., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, em especial para informação do e-mail oficial para envio das atas, resultados e julgamentos do processo licitatório acima referencia:

e-mail _____

Aos cuidados de: _____

Telefone para contato: _____

Por ser verdade assina o presente.

_____, ____ de _____ de 2.019.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº do documento de identidade (RG)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA

"DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
A/C – Comissão Municipal de Licitação

Ref.: - TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2.019.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de nossa inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

Por ser verdade assina o presente.

....., ... de de 2.019.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº do documento de identidade (RG)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

ANEXO X

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE infraestrutura urbana: Contrato de Repasse nº 867438/2018/MCidades/Caixa - Operação nº 1053944-19/2018 – Pavimentação de 6.750 m2 de diversas ruas de Chavantes, Estado de São Paulo, PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES E A EMPRESA

Contrato Administrativo nº. ____/2.019.

Por este instrumento de Contrato Administrativo, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES**, inscrita no CNPJ/MF, sob nº 44.563.575/0001/98, com sede à Rua Altino Arantes, nº 464, na cidade de Chavantes, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, **Sr. MARCIO DE JESUS DO REGO**, brasileiro, portador de Cédula de Identidade (RG) nº. e do CPF/MF. sob nº. , residente e domiciliado nesta cidade de Chavantes, Estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF, sob nº. _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede à Rua _____, nº. _____, na cidade de _____, Estado _____, neste ato representada pelo **Sr. _____**, _____, portador de Cédula de Identidade (RG) nº _____ (SSP/SP) e do CPF nº. _____, residente e domiciliado à Rua _____, nº. _____, na cidade de _____, Estado _____, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, firma o presente Contrato, com fundamento no Processo de Licitação, pela modalidade de **TOMADA DE PREÇO**, registrado sob nº. 002/2.019, o qual, fica fazendo parte integrante deste, e é regido pela Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94, 9.648/98 e Lei nº. 9.854/99, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.0 - OBJETO:

Contratação de empresa especializada na execução de **obra de infraestrutura urbana: Contrato de Repasse nº 867438/2018/MCidades/Caixa - Operação nº 1053944-19/2018 – Pavimentação de 6.750 m2 de diversas ruas de Chavantes, Estado de São Paulo, no regime de empreitada global**, incluindo, o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços, conforme as especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo, Projeto de Localização (planta de Corte e Localização), Planilha (*Orçamentária*) Quantitativa de Custo e Cronograma Físico-Financeiro, que integram os ANEXOS I, II, III e IV do Edital.

2.0 – DOCUMENTOS INTEGRANTES:

2.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da execução, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos e o(s) seguinte(s) documento(s):

- a) **Edital – TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2.019, e seus anexos;**
- b) **Proposta comercial da CONTRATADA;**
- c) **Cronograma físico-financeiro da CONTRATADA;**

2.2 – O(s) documento(s) referido(s) no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3.0 – PRAZO DE VIGÊNCIA:

3.1 – O presente Contrato **terá vigência de 05 (cinco) meses**, contados a partir da data de emissão da **"ordem de execução dos serviços (RES)"**, de acordo com cronograma físico financeiro apresentado na proposta da CONTRATADA, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93.

3.2 – A inobservância do prazo estipulado neste Contrato, sem justo motivo, ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

4.0 - PREÇOS:

4.1 – Os preços para a execução do objeto deste Contrato, são os apresentados na Proposta comercial da CONTRATADA, devidamente aprovada pela CONTRATANTE, os quais totalizam o valor abaixo especificado:

Item	Descrição dos Serviços (Contrato de Repasse nº	Und.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
------	--	------	--------	-------------------	-------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

867438/2018/MCIDADES/CAIXA- 6.750,08 m2) – OPERAÇÃO N° 1053944-19/2018 - Pavimentação				
VALOR GLOBAL DA OBRA				
				R\$

4.2 – O(s) preço(s) supracitado é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

4.3 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotações próprias, do orçamento ou de crédito especial, suplementado, se necessários, ou de repasses financeiros Intergovernamental, especialmente pela dotação:

Nº Ficha	Func. Progr.	Natureza da Despesa	Fonte Rec.	Saldo Orçament.
079	15.451.0017.1.030	4.4.90.51.00-Obras e Instalações	1- MUNICIPAL	19.118,81
080	15.451.0017.1.030	4.4.90.51.00-Obras e Instalações	5- FEDERAL	460.952,38

5.0 – DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

5.1 – Após a assinatura do contrato, a contratada será convocada para apresentação da seguinte documentação necessária à emissão da O.S. – Ordem de Serviços:

- a) Cronograma Físico-Financeiro, conforme modelo anexo a este edital, obedecendo ao prazo de execução estabelecido também neste edital, cronograma esse que será objeto de análise desta municipalidade.
 - a.1) Uma vez aprovados pela municipalidade, os cronogramas físico-financeiros passarão a integrar o contrato;
- b) A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à obra, instalações elétricas e instalações hidráulicas, expedida pelo responsável pela direção técnica e execução dos serviços;
- c) Comprovação da matrícula da obra no INSS ou a comprovação de sua dispensa nos termos da legislação aplicável.

6.0 – DAS MEDIÇÕES DA OBRA:

6.1 - A primeira medição corresponderá aos serviços executados no período compreendido entre a data autorizada para início dos serviços na Ordem de Início de Serviços (OS) e o último dia do respectivo mês.

6.2 - As demais medições corresponderão aos serviços executados do primeiro dia ao último dia do mês seguinte e assim sucessivamente até o término dos trabalhos.

6.3 - Observada sempre a frequência mensal das medições e mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o período de referência das medições poderá ser alterado, a critério da **Contratante**, considerando aspectos administrativos ou relacionados com as fontes de recursos.

6.4 - As medições das obras e serviços executados deverão ser aprovadas pela Contratante.

6.5 - Serão medidas apenas as obras e serviços executados e concluídos em conformidade com o disposto nos documentos que integram o presente Contrato.

6.6 - As medições serão acompanhadas por representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA.

7.0 – DA FORMA DE PAGAMENTO:

7.1 - A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os valores relativos às obras efetivamente realizadas, medidas e aprovadas mensalmente relativamente às etapas constantes do cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada, vedados quaisquer adiantamentos e a emissão/apresentação de uma única nota fiscal para os dois contratos de repasse.

7.2 - Os valores dos serviços e obras medidos e aprovados pela **Contratante** deverão estar indicados nas faturas, **separadamente**, que serão emitidas em duas vias e deverão estar acompanhadas dos originais, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração mediante o cotejo com o original, na forma do art. 32 da Lei de Licitações, sendo duas vias referentes ao valor total, acompanhados dos seguintes documentos referentes ao mês anterior dos serviços prestados, exceção para as últimas faturas (uma de cada contrato de repasse) que serão apresentadas com os documentos do mês anterior e do mês da execução dos serviços:

- a) Guias de Recolhimento do INSS, FGTS, ISS, PIS e COFINS, calculadas e recolhidas na forma da legislação pertinente (uma para cada contrato de repasse), e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

- b) Folha de Pagamento dos empregados envolvidos nos serviços, quando solicitado pela **Contratante**, contendo valores detalhados e recibo de quitação bancário ou cópia dos contracheques (uma para cada contrato de repasse).

7.3 - A não apresentação das comprovações indicadas no item anterior assegura a **Contratante** o direito de sustar o pagamento respectivo ou os pagamentos seguintes.

7.4 - Com base nos Certificados, emitidos pela fiscalização, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, mediante protocolos, as Faturas/Notas Fiscais, às quais devem estar anexadas cópias dos Certificados respectivos.

7.5 - As faturas representativas das obras medidas deverão ser entregues, no primeiro dia útil subsequente à aprovação da respectiva medição, aos cuidados do Gestor Técnico Municipal responsável pelo acompanhamento da obra, e este terá 24 (vinte e quatro) horas para promover seu aceite.

7.6 - Entre a data da entrega da medição e a de seu pagamento deverá ser observado o prazo de 30 (trinta) dias, sem qualquer incidência de atualização monetária.

7.7 - O pagamento será efetuado através do sistema do Siconv – OBTV – Sistema de Convênios – Ordem bancária de transferência voluntária e depositado em conta bancária do Contratado em até 30 (trinta) dias posterior à efetiva prestação de serviço do objeto licitado e apresentação da fatura(s)/nota(s) fiscal(is) atestada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras, Meio Ambiente e Agricultura, mediante aprovação do Ministério das Cidades.

7.8 - No caso de devolução das faturas, por alguma inexatidão que apresentem, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela Contratada.

7.9 - Em hipótese alguma poderá ser efetivado pagamento antecipado ou sem a existência do correspondente Certificado de Medição, firmado pelo agente responsável pelo acompanhamento dos serviços.

7.10 - A última fatura/nota fiscal emitida pela CONTRATADA, somente será paga após a emissão do termo de Aceitação Definitivo a que alude a Cláusula 13.1 do presente Contrato.

7.11 - A CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos, ou da garantia de seus eventuais reforços, importância que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Contrato.

7.12 - No caso da execução não estar de acordo com as especificações técnicas e demais exigências fixadas neste Contrato, a CONTRATANTE fica, desde já, autorizada a reter o pagamento em sua integridade, até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas, aplicando-se à CONTRATADA as penalidades previstas na cláusula 16.0 deste instrumento.

7.13 - Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de qualquer natureza, sem prejuízos de outras penalidades previstas neste.

7.14 - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva da obra executada, total ou parcialmente.

8.0 - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

8.1 - Não há no presente contrato, qualquer atualização de valores aos serviços contratados, durante a vigência do contrato.

8.2 - Antes do término da vigência do ajuste somente será admitida à recomposição de preços por acordo das partes, visando à manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.3 - A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extra-contratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

9.0 – TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO:

9.1 - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços relativos ao seu objeto, sem o expreso consentimento da CONTRATANTE dado por escrito, sob pena de rescisão do ajuste.

10.0 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

10.1 - À CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento e seus anexos, bem como daquelas estabelecidas em lei, cabe:

10.1.1 - Nomear formalmente, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura deste contrato, um preposto devidamente habilitado, profissional que será incumbido de gerir o presente contrato e deverá se manter regularmente no canteiro de obras para receber instruções e proporcionar à equipe de fiscalização da **CONTRATANTE** toda a assistência necessária ao bom cumprimento e desempenho de suas tarefas.

10.1.2 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste instrumento.

10.1.3 - Ter pleno conhecimento das condições locais onde serão executadas a obra.

10.1.4 - Responsabilizar-se tecnicamente, na forma da legislação em vigor, pela execução dos serviços, providenciando, junto ao CREA, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, bem como a matrícula da obra junto ao INSS e a respectiva baixa.

10.1.5 - Providenciar a confecção e a colocação, às suas expensas, em lugar visível do canteiro, da placa de identificação da obra, de acordo com o modelo fornecido pela Contratada.

10.1.6 - Realizar integralmente os serviços, com rigorosa observância das diretrizes, dos projetos e demais elementos técnicos fornecidos pela Contratada, bem como refazer ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados com erros, defeitos ou imperfeições técnicas, quer sejam decorrentes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

10.1.7 - Responsabilizar-se pelos serviços de proteção provisórios necessários à execução do objeto deste contrato, bem como total cercamento do local da obras, de modo a evitar a entrada e trânsito de terceiros.

10.1.8 - Reparar ou reconstruir parte da obra danificada por incêndio, ou quaisquer sinistros ali ocorridos, independentemente da cobertura do seguro, no prazo determinado pela Contratante, contado a partir da notificação expedida para tanto.

10.1.9 - Manter, desde a efetivação do Contrato até sua conclusão, constante e permanente vigilância no local da obra, a fim de evitar sua invasão por terceiros, bem como danos ou prejuízos decorrentes de ação humana ou de animais sobre os materiais, equipamentos e serviços executados, assumindo de pronto toda responsabilidade por qualquer perda que venha a ocorrer.

10.1.10 - Fornecer à Contratante, sempre que solicitado, todos os dados técnicos que lhe sejam de interesse, bem como as informações e os elementos que lhe sejam necessários, notadamente aqueles inscritos no Diário de Obra, bem como atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

10.1.11 - Adotar as prescrições determinadas pela tradicional boa técnica de construção, especialmente as norma técnicas da ABNT e cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram de alguma forma na execução da obra, notadamente as disposições do Decreto Estadual nº 49.674, de 06/06/05 que estipula a obrigatoriedade de utilização de produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa que tenha procedência legal, bem como da utilização de materiais como pedra e areia, com certificado de procedência legal.

10.1.12 - Obter, por sua conta e responsabilidade, junto aos órgãos competentes, alvarás, autorizações e quaisquer documentos necessários à execução do objeto contratual.

10.1.13 - Responsabilizar-se pelo custo dos ensaios suplementares que forem exigidos pela Contratante, no sentido de atestar a qualidade e características dos materiais empregados, ou dos serviços executados.

10.1.14 - Informar a **Contratante** os nomes e as funções de seus empregados que atuarão na execução da obra, e fazê-lo por meio de dados que deverão ser mantidos sempre atualizados.

10.1.15 - Providenciar a retirada de qualquer preposto ou empregado cuja permanência no local da obra seja considerada inconveniente pela Contratante, substituindo-o.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

10.1.16 - Propiciar a seus empregados condições adequadas para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes os equipamentos e os materiais necessários ao bom desempenho e ao controle de suas tarefas.

10.1.17 - Manter a disciplina entre seus empregados, aos quais será expressamente vedado o uso de bebidas alcoólicas ou a adoção de quaisquer práticas passíveis de lhes comprometer ou desviar a atenção durante a jornada de trabalho.

10.1.18 - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, e fazê-lo por meio de seus encarregados.

10.1.19 - Apresentar para controle e exame, sempre que a Contratante o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados, bem como a quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que prestem ou tenham prestado serviços na obra objeto do presente contrato.

10.1.20 - Assegurar livre acesso à fiscalização da Contratante aos locais de trabalho, atender a eventuais exigências solicitadas no prazo para tanto estabelecido e fornecer as informações pedidas.

10.1.21 - Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de dolo ou de culpa na execução do objeto deste contrato, diretamente, por seu preposto ou por algum de seus empregados, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em função da fiscalização ou do acompanhamento que sejam exercidos pela Contratante.

10.1.22 - Dar ciência imediata e por escrito à **Contratante** de qualquer anormalidade que verifique na execução da obra, comunicando em tempo hábil, eventuais obstáculos ao ritmo de qualidade dos trabalhos em execução com proposta de solução, se for o caso.

10.1.23 - Responsabilizar-se por todos os tributos, inclusive taxas, contribuições fiscais e parafiscais, e demais encargos previdenciários e trabalhistas que sejam devidos em decorrência da execução do objeto da presente contratação, recolhendo-os sem direito a reembolso.

10.1.24 - Adotar todas as medidas preventivas que possam evitar eventuais queixas, reivindicações ou representações, de qualquer natureza, que se refiram às obras objeto do presente contrato.

11.0 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

11.1 - Para a execução da obra, objeto do presente contrato, a Contratante obriga-se a:

11.1.1 - Nomear formalmente seu preposto para gerir o presente Contrato.

11.1.2 - Fiscalizar o desenvolvimento dos trabalhos, o que não eximirá, de modo algum, as responsabilidades da CONTRATADA sobre os mesmos.

11.1.3 - Expedir a Ordem de Início de Serviços (O.S).

11.1.4 - Fornecer à **CONTRATADA** todos os dados necessários à execução do objeto do contrato.

11.1.5 - Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato.

11.1.6 - Solicitar da **CONTRATADA** e manter em arquivo, para acompanhamento por meio de controle mensal, cópia de todo o procedimento legal exigido pela legislação vigente relativa à segurança e medicina do trabalho.

12.0 - DA FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS:

12.1 - Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução da obra objeto deste Contrato, a **Contratante**, por meio de seus funcionários ou prepostos formalmente designados, se reserva o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços. Para esse efeito, a **CONTRATADA** obriga-se a:

12.1.1 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela **Contratante** e seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local da obra, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

12.1.2 - Atender prontamente às reclamações, exigências ou observações feitas pela **Contratante**, na pessoa de seus prepostos, desfazendo, corrigindo ou reconstruindo, quando for o caso, às suas próprias custas, os trabalhos que não obedeçam aos respectivos projetos, especificações, memoriais descritivos ou normas técnicas pertinentes.

12.1.3 - Sustar qualquer serviço em execução que comprovadamente não esteja sendo feito com boa técnica ou coloque em risco a segurança pública ou os bens da **Contratante**, ou, ainda, que ocorra por inobservância e/ou desobediência às ordens ou instruções da **Contratante** e de seus prepostos, cabendo à **CONTRATADA**, no caso, todos os ônus decorrentes da paralisação.

12.1.4 - Cientificar por escrito, à **Contratante** ou aos seus prepostos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.1.5 - Cientificar por escrito, à **Contratante** ou aos seus prepostos, todas as ocorrências e providências relativas ao plano de qualidade adotado para a obra, nos termos das normas mencionadas neste Contrato.

12.2 - A **Contratante** se fará representar, no local da obra por seu preposto credenciado ou, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes.

12.3 - A **Contratante** poderá, sem prejuízo das suas atribuições de acompanhamento, contratar com profissionais, consultores ou empresas especializadas no controle quali-quantitativo dos serviços, assim como o acompanhamento e o desenvolvimento da execução à vista das normas técnicas.

12.4 - Serão realizadas vistorias, pela **Contratante** ou por seu preposto devidamente qualificado, que terão por objetivo a avaliação da qualidade e do andamento dos serviços prestados, a medição dos serviços executados para efeito de faturamento e a recepção de serviços concluídos, especialmente ao final da obra.

12.4.1 - Todas as vistorias serão acompanhadas por arquiteto ou engenheiro indicados pela **CONTRATADA**.

13.0 - RECEBIMENTO DO OBJETO:

13.1 - O objeto contratual será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização que for designado pela **CONTRATANTE** para tanto, mediante termo circunstanciado, o qual será assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da data de comunicação escrita do término da obra.

13.2 - Durante o prazo de 30 (trinta) dias da data de expedição do termo supra, a obra ficará sob observação, de molde a se verificar o cumprimento das exigências construtivas.

13.3 - O recebimento definitivo só será concedido quando a obra estiver totalmente concluída, em adequação aos termos contratuais, após vistoria que a comprove, especialmente a entrega da documentação que demonstre regularidade das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, ocasião em que será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo do disposto no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

13.4 - Esgotado o prazo e as condições previstas nos itens 13.2 e 13.3 desta cláusula, e, uma vez restando comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, a obra será recebida definitivamente, por servidor ou comissão designada pela **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

14.0 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES:

14.1 - Após o recebimento definitivo do objeto contratual, por parte da **CONTRATANTE**, a empresa **CONTRATADA** ficará, ainda, responsável pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de firmamento do Termo de Recebimento Definitivo, por quaisquer defeitos, quer sejam eles de natureza técnica ou operacionais, obrigando-se às suas expensas, às reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado, conforme dispõe o Artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

14.2 - Se a **CONTRATADA** não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela **CONTRATANTE**, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executar-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

15.0 - DAS PENALIDADES:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

15.1 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, bem como das demais sanções cabíveis de acordo com o previsto neste contrato e na legislação de regência, as infrações às disposições contratuais serão punidas, alternativa ou cumulativamente, assegurados o contraditório e a ampla defesa dos interessados, com as seguintes sanções e penalidades, a serem aplicadas de modo proporcional à gravidade da falta que as gerou.

15.1.1 - Pela inexecução do objeto ajustado, a CONTRATANTE poderá **garantida a prévia defesa**, aplicar ao CONTRATADO seguintes sanções:

a) Advertência escrita, a ser aplicada para infrações não graves que, por si só, não ensejam a rescisão do contrato ou sanção mais severa;

b) multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso no início da obra, até o limite de 20 (vinte) dias, sob pena de rescisão contratual;

c) multa de 0,2% (dois décimo por cento) por dia de atraso na execução da obra, calculada sobre o valor dos serviços constantes no cronograma físico-financeiro, referente a cada etapa da obra, até o limite de 30 (trinta) dias, quando ficará configurada a inexecução total ou parcial do ajuste;

d) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, a ser aplicada de modo proporcional à gravidade da falta nas demais hipóteses não previstas nas letras anteriores e que configurem inexecução parcial do ajuste;

e) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, pela inexecução total do ajuste, recolhido no prazo máximo de 30 (quinze) dias, uma vez comunicada oficialmente.

f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até **2 (dois)** anos; sem prejuízo das multas previstas, e nas demais cominações legais.

15.2 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei de Licitações e demais normativos aplicáveis, quando a infração contratual apresentar gravidade tal que recomende a medida.

15.3 - Será propiciada defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas neste contrato.

15.4 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a qual a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

15.5 - As partes reconhecem que as multas são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras, sendo que o total da multa não poderá exceder o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do valor contratual.

16.0 - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

16.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido na Forma e nos casos previstos na Lei Federal nº. 8.666/93 e consolidações posteriores, bem como fica assegurado à **CONTRATANTE**, alterá-lo ou rescindi-lo unilateralmente, nos casos previstos na Lei supracitada.

16.2 - O **CONTRATADO** reconhece os direitos da **CONTRATANTE**, em caso de rescisão deste Contrato.

17.0 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 - A CONTRATANTE reserva-se no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados.

17.2 - A CONTRATANTE reserva-se, ainda, no direito de recusar todo e qualquer serviço e/ou material que não atender às especificações, ou que sejam considerados inadequados pela fiscalização.

17.3 - A CONTRATADA reconhece que todos materiais empregados na obra deverão ser de primeira qualidade e seguir as normas da **ABNT** (*Associação Brasileira de Normas Técnicas*).

17.4 - A CONTRATADA será a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, seguro de acidentes do trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na Legislação Federal, sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multas por parte da CONTRATANTE ou rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

17.5 - A CONTRATADA se obriga a aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários no objeto deste Contrato, até o limite de 25% (Vinte e Cinco) do valor inicial deste Contrato, nas mesmas condições Contratuais, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

17.5.1 - Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93.

17.6 - Fica expressamente vedada a subcontratação, sem prévia, expressa e escrita autorização da CONTRATANTE.

17.7 - Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais subcontratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste Contrato, será sempre a CONTRATADA.

17.8 - Aplicam-se a este Contrato as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e consolidações posteriores, que regulamenta as licitações e contratos promovidos pela Administração Pública.

18.0 - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA OBRA:

18.1 - Mediante aviso expresso, com antecedência mínima de 30 dias, a **Contratante** poderá, a seu exclusivo critério, suspender total ou parcialmente a execução da obra, hipótese em que pagará à **CONTRATADA**, o valor da obra regularmente executada até a data comunicada para início da suspensão.

18.2 - A comunicação para reinício das atividades deverá ser feita por escrito pela **Contratante**, e a **CONTRATADA** disporá do prazo de 10 (dez) dias para a sua retomada, a contar do recebimento da comunicação.

19.0 - TOLERÂNCIA:

19.1 - Se qualquer das partes contratantes em benefícios da outra permitir mesmo por omissão a inobservância no todo ou em parte de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus anexos, tal fato não poderá libertar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições os quais permanecerão inalterados como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

20.0 - VALOR DO CONTRATO:

20.1 - As partes contratantes dão ao presente contrato o valor de:
R\$ _____ (_____) para todos os legais e jurídicos efeitos.

21.0 - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES A LEGISLAÇÃO:

21.1 - As partes, em decorrência da presente contratação, estão sujeitos às normas previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas leis nº. 8.883/94, Lei nº. 9.032/95, nº. 9.648/98 e Lei nº. 9.854/99, e demais disposições legais pertinentes à espécie, não implicando em qualquer vínculo empregatício entre as partes, não cabendo ao CONTRATADO pleitear por quaisquer vantagens e ou direitos oriundos da legislação trabalhista, previdenciária, fundiária, social ou qualquer outra que seja.

22.0 - DO FORO DE ELEIÇÃO:

22.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de CHAVANTES-SP, para dirimir quaisquer dúvidas e ou ações decorrentes da presente contratação, que não forem resolvidas por via administrativa.

22.2 - E, por assim estarem justos e contratados, após lido e achado conforme em todos os seus termos, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, em 04 (quatro) vias, na presença das testemunhas instrumentárias abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. P. M. de Chavantes (SP), ____ de ____ de 2.019.

CONTRATANTE: _____
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
MARCIO DE JESUS DO REGO
Prefeito Municipal

CONTRATADO: _____

TESTEMUNHAS: